

SNODGRASS, A. Interaction by design: the Greek city state. Em C. Renfrew e J. Cherry, J. *Peer Polity Interaction and social-political change*. Cambridge University Press, 1986, pp. 47-58.

SOUZA, C. D. de. A morte lhe cai bem: reconsiderando o significado do mobiliário funerário na construção do prestígio social. *Revista M. Estudos sobre a Morte, os Mortos e o Morrer*, v. 3, 2018, pp. 263-287.

VALLET, G. La Cité et son Territoire. Em *Atti del Settimo Convegno di Studi sulla Magna Grecia, 8-12 ott, 1967*. Nápoles, l'Arte Tipografica, Istituto per la storia e l'archeologia della Magna Grecia, 1968, pp. 67-142

VERONESE, F. *Lo spazio e la dimensione del sacro. Santuari greci e territorio nella Sicilia arcaica*. Pádua, Esedra, 2006

WHITTAKER, C.R. *Frontiers of the Roman Empire. A Social and Economic Study*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 1994.

WILL, E. *Doriens et Ioniens. Essai sur la valeur du critère ethnique appliqué à l'étude de l'histoire et de la civilisation grecques*. Paris, Belles Lettres, 1956

YNTEMA, D. Mental landscapes of colonization: the ancient written sources and the archaeology of early colonial Greek southeastern Italy. *BABESH*, 75, 2000, pp. 1-49.

Um ensaio comparativo sobre a ocupação da hinterlândia em terras fenício-púnicas: os casos da Sicília e da Sardenha¹

MARIA CRISTINA N. KORMIKIARI²

O texto que se segue faz parte de uma pesquisa desenvolvida no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, intitulada 'Organização espacial púnica na Sardenha e Sicília: os casos de Nora e Panormo'. Esta pesquisa, na verdade, está inserida no conjunto de indagações e análises que vêm sendo desenvolvidas no próprio MAE pelo *Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga* (Labeca – MAE/USP). Apesar de centrar seus estudos na Grécia dos períodos arcaico e clássico, na formação e desenvolvimento da pólis, o Labeca igualmente abarca abordagens relacionadas aos contatos que colonos gregos forçosamente travaram, ao longo de sua história, com povos já habitando as suas áreas de colonização. Estas áreas, no Ocidente Mediterrânico, são notadamente a Sicília e o sul da Itália.

Justamente na Sicília, temos um caso muito interessante de contatos culturais múltiplos. Os gregos, que ali chegam a partir de meados do século VIII a.C., tiveram que lidar e interagir não só com os indígenas locais, sículos, sicanos e elímios, mas também com os fenícios. Estes, segundo uma passagem hoje célebre de Tucídides (VI, 2), a qual relata a retirada fenícia para o lado noroeste da ilha por ocasião da chegada da empreitada colonial grega, teriam, portanto, precedido os últimos nesta corrida colonial³.

1. Os resultados apresentados neste capítulo contaram com o apoio de bolsa produtividade do CNPq, Proc. n. 312575/2018.
2. Professora Doutora do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. Co-coordenadora do Labeca – MAE/USP. tanit@usp.br.
3. Esta passagem de Tucídides foi recentemente reanalisada por diversos pesquisadores italianos. Sandro Filippo Bondi (2012), ao comparar os dados arqueológicos com o texto tucídideo, propõe que o historiador grego tinha pleno conhecimento do percurso fenício na ilha. Tucídides teria descrito as diferentes fases das movimentações fenícias, desde o chamado momento "pré-colonial" até a expansão cartaginesa do século V a.C.

Acabei de mencionar o grande contexto histórico que abrange os estudos ora apresentados: o de colonização grega e fenícia. Mas, na verdade, as pesquisas desenvolvidas no Labeca caminham em paralelo aos novos questionamentos teórico-metodológicos que têm, nos últimos anos, posto em xeque o próprio conceito de colonização.

De fato, a essência colonial da expansão fenícia e grega no Mediterrâneo raramente foi objeto de estudo por si só. Passagens como a de Tucídides, mencionada acima, e outras, como esta, de Diodoro Sículo (5.20.I), que diz que “Os fenícios, que desde o período mais antigo fizeram viagens continuamente com o objetivo de realizar trocas, plantaram muitas colônias por toda a Líbia, e não apenas algumas no oeste da Europa, também”⁴, apresentam termos relacionados à colonização que reforçaram esta não preocupação. Além do mais, a Arqueologia parecia subsidiar esta interpretação, com as descobertas de dezenas de assentamentos gregos e fenícios por todo o Mediterrâneo.

No entanto, nos últimos anos temos visto o desenvolvimento de uma análise crítica das representações históricas e arqueológicas do colonialismo grego e fenício. Esta nova abordagem foi e tem sido alimentada pela crítica pós-colonial das representações coloniais modernas em uma variedade de campos, notadamente o da literatura. Por exemplo, no Norte da África, a presença colonial francesa durante o século XX foi defendida por parte da historiografia francesa como uma retomada da interrompida presença romana na região, implicitamente, e, por que não dizer, por vezes, explicitamente apresentada como uma nova oportunidade de se retomar o caminho do desenvolvimento inicialmente estabelecido pelo Império Romano. Ainda que figuras seminais da Arqueologia norte-africana, como Stéphane Gsell e Gabriel Camps, não tenham abordado a região nestes termos, muitos arqueólogos e historiadores franceses, alguns deles, inclusive militares a serviço da França, trabalharam pela priorização dos estudos romanos – em razão da desejada conexão com a presença francesa – em detrimento das outras sociedades milenarmente presentes na região, os berberes e os fenícios (van Dommelen, 2002, p. 122). Por exemplo, nos trabalhos de Émile-Félix Gautier (1931) ou nos de T. S. Broughton (1929)⁵. Mesmo não levando em consideração exemplos tão fortes, como o exposto acima, podemos perceber que, de uma maneira geral, Arqueologia e História do Mediterrâneo antigo adotaram de

4. Tradução livre de minha autoria.

5. Ao mesmo tempo, as populações árabes eram o maior ‘inimigo’ e, neste sentido, os berberes ‘necessitavam’ ser resgatados para a civilização europeia e serem afastados dos árabes. Como se fosse possível separarmos tão nitidamente estes grupos culturais. Assim, É.-F. Gautier (1931, p. 34) promove a causa kabília, relacionada a populações berberes modernas da região montanhosa da Kabília, na Argélia Norte-oriental, em sua luta pela emancipação política.

maneira generalizada e sem grandes questionamentos os termos “colônia” e “colonização”, e estes acabaram levando à aplicação implícita de noções modernas na análise de contextos antigos. (van Dommelen, 2005; Stein, 2005; Mattingly, 1996) O dever moral colonial de educar e “civilizar” as populações indígenas colonizadas é um bom exemplo desta aplicação. Na verdade, a tendência atual na interpretação arqueológica é de se questionar se podemos nos referir a um colonialismo – termo que tem sido preferido em detrimento de colonização – grego e/ou fenício. Teria havido um movimento uniforme o suficiente em seus agentes e motivações que nos permita estabelecer uma conceituação unificadora?

Justamente, hoje temos um conjunto expressivo de pesquisas históricas e etnográficas as quais têm sido capazes de atestar as enredadas interconexões que se formam, ao longo dos processos, ao redor de aspectos culturais, políticos, econômicos e simbólicos das situações coloniais. Assim:

Discurso e representação cultural, seguindo-se os estudos de Edward Said (1978; 1993), têm como base contextos coloniais específicos e, portanto, estão inextricavelmente relacionados às suas condições políticas e econômicas. Hegemonia cultural e exploração econômica são, portanto, dois lados de uma mesma moeda que se relacionam profundamente, mas de maneiras as mais variadas. (van Dommelen, 2005). As tensões entre as várias maneiras de se exercitar, ou, ao contrário, de se opor ao poder colonial podem fornecer insights valiosos acerca da dinâmica das sociedades coloniais. Neste sentido, a análise e interpretação dos contextos históricos são cruciais, pois as condições históricas criadas pelo colonialismo, em larga medida, estruturaram as condições coloniais locais. Não obstante, diferentes regiões colonizadas produziram diferentes contextos coloniais, mesmo estando sob mesmas condições históricas (Kormikiari, 2015, p. 89).

Neste sentido, pergunta-se, podemos falar de uma colonização britânica, em tempos modernos, ou de uma colonização grega e fenícia, no mundo antigo? (van Dommelen, 2005, p. 116).

Os estudos coloniais pós-modernos igualmente trouxeram à baila outras indagações. Uma das mais importantes para o campo das Ciências Humanas está centrada no entendimento de que deveríamos parar de pensar em termos de “culturas fechadas”. Por exemplo, Peter van Dommelen (2005, p. 116) apresenta o engano, muito comum nos estudos sobre o Mediterrâneo antigo, de se trabalhar as situações coloniais em termos binários. Isto é, estaríamos lidando, basicamente, com dois grupos, colonizadores e colonizados:

Essa representação dual simplifica grosseiramente realidades sociais coloniais complexas. Ignoram-se as divisões sociais e econômicas, nuançadas e complexas, na base dessas sociedades, divisões estas que incluem ainda critérios como gênero, idade e classe. A dinâmica social das situações coloniais acaba não sendo acessada, nem as estratégias desenvolvidas para se existir dentro de um contexto colonial (Kormikiari, 2015, p. 89).

Neste sentido, o conceito de hibridismo, conforme desenvolvido por Homi Bhabha (2006; 2007), procura captar a posição “entre-dois-mundos” das pessoas e de suas ações nas situações coloniais. No final, o que temos seria uma mistura de diferenças e semelhanças que ligam as pessoas tanto ao mundo colonial quanto ao indígena, sem que se entendam como pertencentes única e totalmente a apenas um destes mundos (van Dommelen, 2002 e 2005; Stein, 2005).

Estudar o hibridismo como um meio de se começar a escrever histórias alternativas conforme advoga a teoria pós-colonial requer, no entanto, que se inclua o estudo sobre os colonizadores de uma determinada região, uma vez que fugir de representações binárias de situações coloniais representa não apenas mudar o foco para os, até há pouco, ignorados habitantes indígenas da região, mas também representa lançar um novo olhar sobre o envolvimento dos colonizadores nesta mesma região: enfatizando-se as raízes locais e os interesses locais de parte desta comunidade. Mas, ao mesmo tempo, não podemos deixar de lado seu envolvimento extra-regional em uma rede colonial como a grega ou fenícia, por exemplo.

Isto posto, e tendo estabelecido o plano teórico sobre o qual a pesquisa dos assentamentos coloniais fenícios tem sido realizada, gostaria de apresentar alguns dos pontos mais relevantes que nossa pesquisa sobre a movimentação colonial fenícia e púnica no Ocidente Mediterrânico levantou até o momento.

Além da Sicília, os fenícios fundaram, primeiramente, entrepostos comerciais e escalas de apoio e, em um segundo momento, assentamentos permanentes (colônias), por toda a Bacia do Mediterrâneo. Segundo as fontes textuais desde o final do IIº milênio a.C. e, segundo a documentação arqueológica, a partir do século IX a.C. (Kormikiari, 1993) No Mediterrâneo ocidental, a expansão colonial fenícia atingiu o litoral norte-africano, da atual Líbia ao Marrocos, o litoral da Península Ibérica, da Sardenha e da já mencionada Sicília, além de algumas ilhas situadas nesta região, como Pantelleria, Ibiza e Malta.

Ora, acabei de apontar uma das características mais marcantes da colonização fenícia: a escolha preferencial por localizações costeiras, em baías ou enseadas, locais que possuíssem embarcadouros naturais. Um assentamento fenício típico era implantado sobre promontórios rochosos, que podiam dispor

alternativamente de dois portos: um ao norte e outro ao sul, dependendo da situação dos ventos e das estações. Como alternativa aos promontórios, utilizavam-se as pequenas ilhas de frente à costa, onde a defesa e a construção de fortificações eram ainda mais fáceis e também a variedade de cais (locais onde os navios podiam atracar, manobrar e chegar à costa) se apresentava. O exemplo da colônia fenícia de Motia, na Sicília, é, neste sentido, exemplar. Situada em uma ilhota a poucos quilômetros da costa, tem até hoje bem conservado o seu *kothon*, local típico para o conserto das embarcações, um cais escavado artificialmente⁶.

Sabatino Moscati (1983), arqueólogo italiano, foi um dos primeiros a sistematizar a ocupação ocidental fenícia e a apresentar uma distinção entre as suas diversas fases, conjugando os dados textuais e materiais.

Assim, a expansão fenícia, liderada por Tiro, é dividida, primeiro, em uma fase de pré-instalações permanentes, de conhecimento topográfico e contatos em busca de matérias primas como estanho, ouro, animais exóticos, marfim, e outros, fase que vai dos séculos XI ao IX a.C., e; segundo, em uma fase de concretização dos entrepostos enquanto assentamentos permanentes e de fundação de novas cidades – dentre estas Cartago, *Qart Hadshet*, ou literalmente “Cidade Nova”, em 814 a.C., na costa da atual Tunísia. A segunda fase é datada dos séculos IX-VIII ao VII a.C. e teria sido breçada tanto em razão da conjuntura política na costa sírio-palestina, quanto pela ascensão da já mencionada colônia tíria, Cartago.

A data-chave para o suposto fim da influência fenícia no ocidente mediterrânico, e sua substituição pela influência cartaginesa é-nos dada por Diodoro Sículo (V, 16), que aponta a fundação de uma colônia de Cartago em Ibiza, ilha em frente à costa espanhola, em 654-653 a.C. Na verdade, escavações arqueológicas da década de 1980 revelaram vestígios materiais que documentam a reorganização cartaginesa do assentamento, cujas raízes fenícias são anteriores, fato que redimensiona o texto de Diodoro, mas não nega sua essência. Deste modo, estudiosos (Moscati, 1983 e 1988; Lancel, 1992) situam os inícios de uma política expansionista por parte de Cartago no século VII a.C., pois com a posse de Ibiza, a colônia tíria assegura um porto de apoio entre a Sardenha e a Península Ibérica, ambas áreas de frequência fenícia muito antiga, remontando a séculos anteriores.

A partir, portanto, do século VII a.C., os cartagineses assumem um papel de líderes das colônias fenícias já existentes além de se tornarem, eles próprios, colonizadores de novas regiões. Os séculos VI e V a.C., neste sentido, marcam a

6. A área do *kothon* encontra-se, de fato, relacionada com um conjunto de edifícios (templos), datados a partir da primeira implantação fenícia na ilha, ou seja, o século VIII a.C. Neste sentido, a existência, nesta mesma área, de fontes subterrâneas de águas doces e a própria presença do *kothon*, relacionam-se com a concepção da Criação a partir da água e da própria civilização humana, por ato divino (Nigro, 2009, p. 1643).

consolidação da presença e da força cartaginesa no Norte da África, na Sardenha (ali, com apoio etrusco) e vê a entrada triunfal dos cartagineses em território siceliota, como protetores dos colonos fenícios frente às investidas dos gregos locais. A Península Ibérica, apesar de já habitada por colonos fenícios, somente será recolonizada pelos cartagineses com a liderança da capital africana sob os generais Barca (Amílcar, Asdrúbal e Aníbal), após a derrota na I Guerra Púnica, frente aos romanos, em 241 a.C. Neste sentido, trata-se de uma área que tem sido abordada como distanciada da influência política de Cartago, com um processo colonial específico e paralelo ao cartaginês, de maneira que, atualmente, muitos estudiosos vêm trabalhando uma dicotomia entre Mediterrâneo central, dominado por Cartago, e Mediterrâneo ocidental, no qual a compreensão do protagonismo de Gádir vem ganhando força (Tarradel, 1967; Sáez Romero; Díaz Rodríguez; Sáez Espligares, 2004, p. 32, Niveau de Villedary y Mariñas, 2008).

Desta feita, e tendo esboçado muito rapidamente aqui as principais fases da ocupação territorial fenícia e cartaginesa no Ocidente Mediterrânico, retomo Sabatino Moscati (1988), pois este pesquisador ajudou a eleger alguns termos, retirados das fontes textuais grega e latina, como designação destes povos: fenício e cartaginês, já mencionados, mas também um terceiro, púnico.

Assim, fenício define, especificamente para a área ocidental, os testemunhos que precedem a constituição do Império de Cartago. Cartaginês, por seu lado, define o que disser respeito unicamente à cidade africana de Cartago. Púnico, por último, define os testemunhos de toda a área ocidental a partir da ascensão cartaginesa, ou seja, a partir de meados do século VI a.C.

O ponto a se ressaltar aqui é que fenício, cartaginês e púnico se configuraram, na historiografia moderna e durante muito tempo, como designações fixas das pessoas, como se os fenícios fossem os mesmos onde quer que estivessem e que a troca de designação para cartagineses ou púnicos fosse necessária apenas para marcar a localização espacial destes fenícios.

A pesquisa sobre os fenícios, cartagineses e púnicos, no Mediterrâneo central, focalizou, por muito tempo, a investigação arqueológica tradicional, de escavação dos grandes sítios. Com efeito, não se levou em consideração a possibilidade de uma ocupação do interior das terras e de contatos múltiplos com os povos autóctones e indígenas, no fundo comprometendo uma melhor compreensão da própria identidade deste fenício ocidental, cartaginês ou púnico que poderia ser redimensionada à luz de nova e mais detalhada documentação.

Apenas recentemente os estudos fenício-púnicos foram renovados com um conjunto de novos projetos de pesquisa e novas abordagens. Nas últimas décadas algumas obras-chave apresentaram sínteses sobre o estado da questão em relação às pesquisas sobre púnicos, fenícios e cartagineses. Citamos o volumoso compêndio de H. G. Niemeyer, *Phönizier in Westen*, de 1982, que apresentou

novas evidências trazidas à luz pela Arqueologia. Igualmente importante foi a exposição *IFenici*, ocorrida em Veneza em 1988, a qual resultou em um grande catálogo com artigos produzidos por especialistas renomados.

Seguindo uma tendência forte na Arqueologia Clássica, cujas pesquisas têm se voltado para estudos regionais ligados à Arqueologia da Paisagem e à Arqueologia Espacial, com base nos resultados de *surveys* que se agregam a pesquisas pontuais de escavação sistemática, os estudos sobre as sociedades fenícia e púnica voltaram-se igualmente para as chamadas áreas rurais. Estas têm demonstrado como o colonialismo fenício e cartaginês determinou as formas de assentamento estabelecidas. Usualmente, o controle da terra e das fontes naturais regia os ditames dos contatos; os habitantes de áreas rurais ao redor dos assentamentos coloniais muitas vezes tendo sofrido com a interferência e a ocupação fenícia ou púnica (van Dommelen, 2006).

As fontes textuais antigas (Políbio I 29, 7, por exemplo; mas também Diodoro Sículo, Columela, entre outros) são pródigas em mencionar as riquezas agrícolas de Cartago. Isto é, apesar de terem se constituído como um império comercial e marítimo, os cartagineses parecem ter, igualmente, desenvolvido, em alta medida, técnicas de agricultura.

O interesse cartaginês pelo bom aproveitamento agrícola da terra, com certeza, deve ter afetado sua política colonial. De fato, há pesquisadores, como Peter van Dommelen, que creditam o empenho colonial cartaginês à necessidade de se conseguir terras para a exploração agrícola e de se ter acesso às fontes de minérios, notadamente na Sardenha. (van Dommelen, 2006)

No entanto, apesar de a historiografia moderna ter como ponto estabelecido que os cartagineses eram extremamente sofisticados em suas práticas agrícolas, trata-se de uma afirmação feita exclusivamente a partir de documentação textual grega e latina⁷.

Datam-se dos anos de 1990 os primeiros *surveys* sistemáticos voltados para o estudo dos vestígios rurais fenícios e púnicos⁸. Estes ocorreram notadamente no sul da Sardenha, local onde os vestígios materiais púnicos são particularmente volumosos. Desde então, este tipo de estudo se intensificou e, atualmente, temos projetos de pesquisa regionais ocorrendo em toda a área de colonização fenício-púnica: do Marrocos a Malta (van Dommelen, 2006). Em 2005, no *Congresso de Estudos Fenícios e Púnicos*, em Lisboa, uma das sessões concentrou-se, exclusivamente, em pesquisas sobre assentamentos rurais púnicos.

7. Exceção feita a alguns poucos trabalhos pontuais, como a obra de F. Barreca na Sardenha (Barreca, 1986).

8. Mais de uma década após o apelo feito por Isserlin (1983), no *I Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, de 1979, por uma Arqueologia fenício-púnica 'rural'.

A descoberta de uma ampla ocupação interiorana, púnica, suscitou igualmente questionamentos de ordem identitária. O que significaria o uso do termo “assentamento rural púnico”? Em que medida os sítios agrupados sob este rótulo diferem de outros sítios rurais, e mesmo, haveria, ou melhor, poderíamos detectar a existência de sítios rurais não púnicos existindo contemporaneamente aos púnicos, na Sardenha, Sicília e outras áreas de colonização? (cf. van Domellen, Bellard, Tronchetti, 2012; van Domellen 2003).

A Arqueologia traz uma resposta que aponta para a padronização destes assentamentos rurais enquanto estabelecimentos de tamanho mediano, existindo espalhados por todo o campo das regiões púnicas conhecidas (Sicília, Sardenha e Norte da África). Estes ou encontram-se isolados ou estão agrupados em pequenas aglomerações. Toda a documentação material a eles associada estaria inserida na categoria de produtos culturais púnicos, e também na categoria de produtos que sofreram um processo de hibridismo. Ao mesmo tempo, importações de alhures, do mundo grego e da região da Itália, são relativamente constantes, englobando diversos tipos de ânforas e cerâmica fina então importados.

Neste sentido, a questão parece residir em uma melhor percepção do termo púnico⁹. Arqueologicamente, entende-se este termo mais como um guia cronológico que faz referência ao período que se inicia no século VI a.C., quando Cartago torna-se a cidade proeminente da rede colonial ocidental fenícia. No entanto, o mundo púnico irá reter uma quantidade razoável de variabilidades cultural e regional. O fato é que, mesmo após a destruição total de Cartago pelos romanos, em 146 a.C., quando estes substituem o jugo cartaginês pelo seu nos diversos territórios, a chamada cultura material púnica continua a ser produzida e utilizada. Formatos e tipos de cerâmica tipicamente púnicos continuam a ser fabricados, práticas de enterramento púnicas continuam a prevalecer, e a chamada escrita “neopúnica” é amplamente encontrada até o final do século I a.C. (Moscati, 1980; Lancel, 1992; Fantar, 1988).

No entanto, a forte proximidade que existe entre os termos púnico e cartaginês, mesmo desde a Antiguidade, conforme mencionamos acima, acaba gerando confusão, pois implicaria não só em um rótulo cronológico como também em um rótulo cultural, para não dizer político e étnico, ou seja, de identidade. Quem eram os moradores destes assentamentos? Não é sensato imaginar que todos os habitantes indígenas da Sardenha, por exemplo, tenham sido mortos ou expulsos e que tenham sido substituídos por colonos cartagineses. Ao contrário, a situação colonial da Sardenha e de outras localidades é muito mais complexa, com identidades locais e regionais tendo sido construídas a partir

9. Nos últimos anos, um conjunto de pesquisadores vem questionando o uso do termo púnico, mas não de maneira que afete o nosso uso no presente texto. Para saber mais acerca de esta discussão, ver Pragg, 2006 e Crawley Quinn, 2012-2013.

de interações precisas entre habitantes indígenas, colonos, tropas estrangeiras (de mercenários) e mercadores. (cf. Van Dommelen, 2002).

Por exemplo, a informação arrolada pelos trabalhos de *surveys* regionais, dá conta, conforme visto acima, de uma grande expansão territorial púnica para o interior das terras a partir dos séculos V-IV a.C. (Botto *et alii*, 1998 e 2003; Cambi, 2000 e 2003). Uma alternativa que é abordada apresenta a relação dos centros fenícios com as populações indígenas dos territórios ocupados como possível explicação para esta expansão. Estas populações, novamente como bem demonstram as investigações arqueológicas, já habitavam as áreas onde os assentamentos rurais foram posteriormente estabelecidos. Uma boa parte da mão de obra necessária para a expansão agrícola pode ter vindo daí. A nova questão que a pesquisa fenício-púnica se coloca, então, diz respeito ao grau e aos modos de envolvimento desenvolvidos entre estas populações indígenas e os colonizadores.

As identidades coloniais, com certeza, variaram substancialmente por toda a área de expansão fenícia e cartaginesa, isto é, por todo o mundo púnico. Por exemplo, termos como *libi-fenícios*, dando conta da interação entre fenícios, cartagineses e indígenas norte-africanos, já aparecem na própria Antiguidade. (Kormikiari, 2001) Desta maneira, podemos entender que o mesmo tenha ocorrido nas outras áreas de influência. Neste sentido, seria possível averiguar em que medida houve uma identidade global púnica, e por que não dizer, fenício-cartaginesa, um núcleo a partir do qual as identidades regionais se moldaram? E, retomando os pontos teóricos apresentados no início deste texto, seria possível, no caso fenício-púnico, aprofundar-se os estudos de contextos históricos específicos para se realizar uma delimitação mais completa das identidades coloniais?

Acreditamos que sim, e o aparecimento de mais e mais estudos de caso específicos nos últimos anos começa a apresentar os primeiros resultados, jogando luz na dimensão humana das situações coloniais enquanto encontros entre comunidades compartilhando o mesmo espaço e tempo.

Nos deteremos em dois casos específicos, Nora na Sardenha, e Segesta na Sicília. O projeto de Nora (Botto *et alii*, 1998 e 2003) foi por nós tratado em texto de 2012 que reproduzimos aqui no tocante à descrição dos achados arqueológicos. Este projeto foi um dos primeiros a pesquisar o início da ocupação do território da península de Nora no período fenício. O método de pesquisa foi o dos *surveys intensivos*, e o projeto teve uma duração de quatro anos, tendo ocorrido entre 1992 e 1996. Por se tratar de uma península, na qual a cidade fenícia de Nora foi implantada nos moldes de outros assentamentos fenícios, ou seja, no promontório sobre o mar, o projeto se preocupou em investigar as costas do assentamento fenício, isto é, a hinterlândia da cidade. Deste modo, os

surveys foram realizados em porções dos territórios setentrional e ocidental de Nora, uma área de cerca 40 km². Sobre Nora e de sorte a promover a comparação entre as pesquisas sobre este sítio e aquele de Segesta, reproduzimos a seguir, em uma longa citação, trechos de um capítulo nosso, publicado em 2012:

O objetivo do projeto foi o de investigar o povoamento do território de Nora na dimensão diacrônica: da pré-história até a Idade Média. Foi dada ênfase na investigação das transformações advindas com a fundação fenícia na segunda metade do século VIII a.C. até o abandono definitivo do sítio de Nora no século VIII d.C. (BOTTO *et alii*, 2003, p. 151).

A região de Nora faz parte do território do Rio Pula, Sardenha meridional. Trata-se de uma planície com cerca de 50 km² de extensão, dominada por elevações que formam uma linha de proteção das costas da cidade, condicionando tanto seu desenvolvimento quanto provocando seu isolamento, pois as montanhas dificultam os contatos terrestres com as regiões vizinhas, de Sulcis e do Campidano. As únicas vias de comunicação são percursos costeiros, um ao Norte e o outro ao Sul.

Já os meios de comunicação com a sua hinterlândia se dão pelos cursos dos rios, principalmente os que alcançam as terras mais interioranas, como o Rio su Tintioni, no lado ocidental e o Rio Pula, no setor setentrional.

Ainda temos na paisagem natural o istmo arenoso de Sant'Efisio e dois bancos de areia: Fradis Minoris a Oeste e a baía de Sant'Efisio a Leste.

No último interglacial, entre os promontórios de Punta de Agumu e o de Nora formou-se uma praia que se fecha em um viveiro de peixes, utilizado pelos de Nora. Em Fradis Minoris temos as únicas minas da região de Nora, utilizadas no período histórico. As pedras do edifício mais antigo jamais encontrado em Nora, o santuário de Esculápio, provavelmente vieram dessa região.

A metodologia de análise preocupou-se com a percepção das mudanças na longa duração. As mudanças organizacionais, as quais muitas vezes impõem modificações na paisagem, foram computadas ao longo do tempo. Os trabalhos foram divididos em duas etapas. Na primeira, houve uma preocupação de apreender-se todas as fases delimitadas pelo objetivo inicial: da pré-história à Idade Média. Na segunda etapa, passou-se ao estudo de períodos específicos (Botto *et alii*, 2003, p. 154).

A técnica de investigação foi baseada no *survey* intensivo, regional e quantificado. As evidências materiais reconhecidas foram classificadas enquanto formando sítios, halos e distúrbios de fundo (*background noise*).

A presença de sítios se inicia da passagem do neolítico para o eneolítico e chega até a época contemporânea. Foram descobertos 55 mil fragmentos sobre uma superfície, já citada, de 40 km². A metodologia utilizou uma

grade quilométrica UTM (presente nos mapas adotados como base, do Istituto Geografico Militare Italiano), o aumento produzido tornou possível a equação 1cm = 10 m de terreno.

Analisou-se os terrenos aos quais se teve acesso, com permissão. Nestes, de três a quatro pesquisadores foram colocados a uma distância de 10m um do outro. Para os terrenos analisados foi definido um percentual de visibilidade de superfície (variando de máxima, com terrenos arados, para média, terrenos de pasto, e, por fim, baixa, com terrenos cobertos pela vegetação). A determinação da visibilidade é útil para se ter um filtro de leitura das evidências, incluindo o seu próprio número.

Em cada área, os vestígios foram recolhidos, contados e selecionados, de maneira a se ter a densidade média de fragmentos por m². A problemática classificação de sítio foi resolvida com uma definição neutra, baseada no achado de uma quantidade bem maior de fragmentos cerâmicos, de construção ou líticos em áreas com limites precisos. Apenas excepcionalmente os sítios ultrapassaram 1 hectare de dimensão. Na maior parte dos casos, temos sítios que, em média, têm entre 100 e 1200 m² de tamanho (de 10x10 a 30x40 m). Os sítios também foram definidos a partir da existência de estruturas arquitetônicas (apesar da consciência de ter-se áreas onde os materiais de construção empregados — telhas, tijolos e reboques — terem sido fabricados com materiais perecíveis, principalmente no caso das cabanas).

Na outra ponta da investigação, foram registradas áreas com densidade de achados quase nula ou irrisória. Por exemplo, um fragmento a cada 200 m² até 1 fragmento a cada mil m². Este tipo de ocorrência nos *surveys* é denominada 'distúrbio de fundo' ou background noise. No projeto Nora, este tipo de ocorrência foi considerado numerosa pelos pesquisadores, mas não foi levada em consideração.

Por outro lado, as densidades médias: 1 fragmento a cada 20-30 m² ou 1 fragmento a cada 200 m², não permitem pensar em sítio, mas os achados cerâmicos são significativos o suficiente para que se procure uma explicação para sua reunião. Estas áreas, especialmente, costumam aparecer nas proximidades de um sítio, quase como um corolário. Na literatura, estas áreas, chamadas de 'halos', são interpretadas de maneiras diferenciadas. Os pesquisadores do projeto Nora acreditam que a interpretação mais provável é a de áreas ligadas à fertilização, à adubação do terreno.

Os halos encontrados, portanto, estariam ligados a fases de uso mais intenso da terra, para a agricultura, e a desenvolvimentos de técnicas agrícolas (adubação e técnicas de rotação de culturas).

A análise dos dados pretende visualizar fluxos de contração e de expansão do povoamento. Os pontos que foram investigados são: 1. Definição de

fases de maior ou menor uso do território em relação à presença de um ou mais centros primários; 2. Reconstrução de uma hipotética hierarquia das estruturas estabelecidas para o aproveitamento dos recursos naturais em uma determinada região; 3. Estabelecimento de uma série de elementos que permitam a reconstrução de fenômenos demográficos, de análise de consistência do povoamento na longa duração, da definição do *carrying capacity* de um território em relação à quantidade de sítios presentes na paisagem; 4. Medição da grandeza da paisagem e reconstrução paleoambiental, considerando-se o papel dos sítios no ecossistema (capacidade produtiva de uma área e do seu aproveitamento).

Em termos de resultados, atestou-se, pela primeira vez, o aparecimento de halos de materiais que atestam um grande desenvolvimento agrícola nos séculos V – IV a.C., período de domínio cartaginês na Sardenha. Uma leitura inicial dos dados revela um grande aumento no número de sítios nesse mesmo período. Uma interpretação possível estaria relacionada à repartição paritária da terra.

Ao analisarmos a quantidade de sítios em relação à extensão territorial, vemos que ainda não foram encontrados sítios efetivamente grandes (com mais de 10000 m²) no território de Nora entre os séculos V e IV a.C.; apenas um sítio (fazenda média para grande) possui cerca 10000 m². No entanto, este sítio, cronologicamente, alcança o período romano o que poderia explicar o seu tamanho (Botto *et alii*, 2003, p.158).

Há quatro sítios com tamanhos entre 5000 e 9000 m² e, igualmente, são sítios que se estendem para além do período púnico. O sítio de 9000 m² está próximo ao porto da Nora fenício-púnica e, assim, a interpretação é que não estaria ligado ao aproveitamento das terras interioranas. Por outro lado, entre 20 e 28 sítios, ou seja, 80% dos identificados pelo *survey*, possuem uma dimensão inferior aos 2000 m² (50x40 m) e entre estes, 10 são inferiores a 1000 m².

Situação semelhante ocorre na fase seguinte, entre os séculos III e II a.C., que corresponde à perda dos territórios sardos por parte dos cartagineses frente os romanos.

O projeto Nora utilizou como modelo teórico o Early State Module, de C. Renfrew, que tem pontos em comum com o modelo da sociedade redistributiva pré-mercantil de origem polanyana. Nestes temos a existência de um centro primário e de um certo número de pequenos centros, que preenchem o território. Para os pesquisadores do projeto Nora, trata-se de centros com vocação produtiva, desenvolvidos para um aproveitamento que não se limitava apenas ao sustento da comunidade agrícola, mas que igualmente investia na esfera da criação de um excedente alimentar para ser

transportado ao centro principal, no caso Nora, ou mesmo Cartago (Botto *et alii*, 2003, p. 162).

A análise da distribuição espacial dos sítios e dos halos encontrados foi trabalhada por meio dos Polígonos de Thiessen, que fornecem uma ideia geral aproximativa da extensão, formato e orientação das esferas de influência ou de território ao redor de assentamentos ou outros tipos de núcleos em um padrão de assentamento. No entanto, ao fazerem os polígonos algumas áreas concentraram mais de um sítio, que eram próximos, vizinhos. Os pesquisadores mantiveram a metodologia de análise porque a análise dos vestígios (de seus raios) demonstrou que a área destes sítios era pequena demais para comportar, para cada uma, uma área mínima que sustentasse agricultura ou criação de animais.

Deste modo, optou-se por agrupar as áreas de dois ou três sítios, que possuíam uma distância de separação máxima de 100-200 m. Assim, acredita-se que estes sítios possuíam um território conjunto. Em termos organizacionais pode-se ter, aqui, evidências de uma série de sítios que se definem a partir de sua função dentro de estruturas mais complexas, fazendo parte, portanto, de estruturas maiores, mesmo latifúndios.

Os Polígonos de Thiessen, por si só, não são suficientes para sustentar esta hipótese, pois apenas fornecem uma indicação teórica do controle máximo que um sítio pode ter sobre um território, em relação a outros sítios de mesmo peso. Trata-se de uma expansão teórica que deve ser verificada no terreno. Por outro lado, para se construir uma área territorial de aproveitamento do terreno são necessárias algumas formas de calibração ligadas a demarcações naturais, hidrográficas e orográficas. Em Nora, devido à natureza mista do território, a criação destes ambientes é fácil. Há boa presença de recursos hídricos, além de uma conformação natural do terreno com planaltos que articulam uma série de boas delimitações.

Além dos Polígonos, os pesquisadores usaram também a metodologia de análise denominada *site catchment analysis*. Cada sítio recebeu uma circunferência de raio constante, partindo do pressuposto que, apesar das dimensões diferenciadas dos sítios, todos poderiam ter tido, como área mínima de aproveitamento, aquele tanto de território.

Olhando o mapa daí derivado, vê-se que nem sempre o sítio está no centro da circunferência. Isto ocorre porque, por vezes, respeitou-se o dado advindo do Polígono de Thiessen, isto é, a indicação de relações mais ou menos fortes com centros limítrofes. Além disso, por vezes, levou-se em consideração a disposição dos halos, como sinal da área de aproveitamento de uma região. A circunferência possui raio de 500 m, o suficiente, segundo os pesquisadores, para definir a extensão máxima da área de aproveitamento de cada sítio. Os

500 metros foram determinados por dois fatores:

Em primeiro lugar, a distância média entre grupos de sítios. Nas áreas com maior número de sítios, a distância entre eles é constante, em cerca de 1 km, incluindo uma pequena variação nas regiões que aparecem (até os dias de hoje) mais voltadas para a agricultura. A circunferência criada comporta uma área de 75 ha.

Em termos de achados materiais, o final do século V a.C. aponta para um extraordinário desenvolvimento de sítios na hinterlândia norense, que pode estar ligado a um aproveitamento dos recursos agrícolas do território. A hipótese de os halos representarem vestígios de fertilização da terra implicaria na existência deste tipo de técnica pela primeira vez neste momento Botto *et alii*, 2003, p.163).

Os halos estão concentrados em áreas naturalmente férteis. Já outros sítios, como os da encosta do Sarroch, ou os que estão aos pés dos montes de Sulcis, não apresentam os halos. A hipótese é que estes sítios fossem de criação de animais.

Os pesquisadores distinguiram três grandes áreas de agrupamentos de sítios. Uma área ao redor de Nora; uma outra ao norte e uma terceira na parte ocidental da região.

Com relação à análise dos achados materiais, estes foram agrupados cronologicamente. O período fenício, datado dos séculos VIII ao VI a.C., é marcado pela presença de fragmentos cerâmicos fenícios encontrados na chamada parte urbana de Nora. Os achados mais antigos são da segunda metade do século VIII a.C. até a primeira metade do século VII a.C., o que confirma as datações apresentadas nas fontes textuais (Pausânias, X, 17, 5 e Solinus, IV, 2) para a fundação de Nora.

Os vestígios arcaicos fenícios foram encontrados nos dois lados do istmo de Nora. Além de vasos cerâmicos, temos conjuntos de ânforas, produzidas também entre os séculos VIII e VII a.C., e outro conjunto produzido da passagem do século VII ao VI a.C.

Fora de Nora, mas em suas proximidades, em San Raimundo e no Monte Santa Vitória, ambas áreas mais elevadas, também foram repertoriadas ânforas fenícias. No entanto, trata-se das únicas evidências fenícias do território de Nora, e se distribuem em um raio de 2 km. Tais evidências apontam para um interesse, por parte da cidade, em seu momento inicial, em não estender seus limites territoriais para o interior, restringindo-se às áreas imediatamente próximas da implantação urbana (Botto *et alii*, 2003, p.170). Dois sítios inventariados pelo *survey*, que se localizam próximos ao istmo de Nora, estariam voltados para atividades comerciais e artesanais ligadas ao porto vizinho. Já os achados de San Raimundo e a faixa de terra que liga Nora

a esta localidade, onde mais um sítio foi encontrado, deveria concentrar-se em atividades agrícolas. San Raimundo é o local mais para o interior onde foram encontrados vestígios de origem fenícia.

De qualquer forma, esses achados colocam-se no já mencionado raio de 2km, o que em termos de extensão de área de plantio não seria suficiente para manter sozinho o sustento do centro urbano.

Já na área de Monte Santa Vitória, as evidências apontam para uma fortaleza que controlaria o espaço marinho e territorial ligado à cidade. Em termos de paisagem agrária, temos que a paisagem fenícia se caracteriza por um aproveitamento do território limitado à região circunstante da cidade (Botto *et alii*, 2003, p. 172).

Assim, no período inicial da implantação fenícia não haveria indícios de uma organização agrária estruturada. Fica a pergunta: como a população fenícia, então, resolvia a questão da subsistência? Duas têm sido as vias de investigação: 1. A subsistência teria sido garantida pelo comércio com as populações indígenas que habitavam as áreas limítrofes; 2. A dieta alimentar estaria ligada mais ao aproveitamento do meio marinho, o que seria muito facilitado pela posição geográfica de Nora.

Nora possui um amplo golfo natural a noroeste da península, que hoje é utilizado como viveiro de peixes e um ecossistema ideal para a reprodução de cefalópodes e mexilhões. A utilização destes espécimes na economia fenícia é atestada nas fontes escritas (por ex. Estrabão I, 2, 24 e III, 5, 11). O murex era utilizado no tingimento de tecidos; já o pescado, além do uso como alimento da população local, podia ser comercializado por meio da salgação. De maneira análoga, o golfo de Nora se adequa bem à formação de salinas.

Uma hipótese que ainda deve ser mais bem investigada vê Nora, Cagliari (Karalis), Bithia e Sulcis tendo desenvolvido cada uma, um tipo de atividade econômica, em período arcaico, de maneira a formarem uma vizinhança integrada.

Com relação especificamente à Nora, os vilarejos indígenas da região revelaram fragmentos cerâmicos fenícios. A localização destes vilarejos é a encosta oeste meridional, na altura do Sarroch. Os achados fenícios são interpretados enquanto testemunho de contatos entre as populações locais e os novos colonos.

Estes dados vêm do assentamento de Canale Peppino (vestígios de construções, inúmeros fragmentos cerâmicos e reboco de cabanas), e são datados do Bronze Recente final à Idade do Ferro. Em período posterior, temos a associação de mais material nurágico, agora com ânforas fenícias. Em uma área próxima, a Noroeste, uma estrutura elipsóide foi interpretada

como sepultura. Na área encontrou-se inúmeros vestígios de trabalhos metalúrgicos (escória, grandes pedaços de argila e núcleos de mineral ferroso, o que indicaria uma estrutura artesanal associada a esse complexo). Em associação aos muitos achados cerâmicos nurágicos encontram-se, igualmente, ânforas fenícias. Dois fragmentos são de fabricação no torno e os outros são de ânforas modeladas à mão. Nos dois casos, o impasto é idêntico ao das cerâmicas nurágicas da Idade do Bronze Botto et alii, 2003, pp. 173-174).

Ambos ostipos de ânforas, no torno e modeladas à mão, seriam cópias de ânforas fenícias bem atestadas no Mediterrâneo centro-ocidental, de origem oriental e de datação recuada. Estaríamos diante de evidências de contatos comerciais e de influência cultural (exportação de tecnologia do torno) entre Nora e a população indígena estabelecida nas margens setentrionais da planície costeira norense. A documentação destes sítios mostra uma continuidade cultural entre o Bronze Final e as sucessivas fases da Idade do Ferro e do Orientalizante, que correspondem às primeiras frequentações fenícias. A associação de material fenício com material de imitação fenícia e material nurágico seria prova irrefutável que os indígenas não interromperam a sua frequentação da área. Talvez por razões estratégicas e econômicas-comerciais, conforme as evidências dos vestígios metalúrgicos mostram. Os primeiros mercadores cipriotas e, depois, fenícios, que os sucederam (no final do Bronze) se interessavam por esses produtos e, assim, a frequentação da Sardenha meridional seguiu ininterrupta. Nora, fundada no século VIII a.C., deve ter tornado mais regular o comércio com as comunidades indígenas, dos metais passaram a trocar também produtos alimentícios necessários para a sobrevivência de uma comunidade que se tornará cada vez mais ampla.

No período púnico, a partir do século V a.C., a dualidade produtiva, com sítios mais costeiros voltados para atividades artesanais, e sítios agrícolas, nos moldes de fazendas, já presente no período fenício, se mantém. No entanto, atesta-se um grande aumento, uma frequentação mais intensa da planície nas costas da cidade, com uma constelação de sítios e seus respectivos halos que, como visto acima, implicam em campos trabalhados mais sistematicamente. Entre os sítios encontrados, destaca-se um vilarejo, na área das colinas, que se aproveita do nuraghe, torre-forte indígena da Idade do Bronze, de Canale Peppino. Fragmentos de ânforas e de cerâmica indicam uma frequência e aproveitamento da região entre os séculos V e II a.C.

Na região ocidental, temos sítios que se distribuem sobre o cume de pequenos planaltos aproveitando as características morfológicas do terreno. Os materiais mais antigos são do século V a.C. (ânforas). Os sítios encontrados

costumam estar localizados nas proximidades dos cursos d'água, isto é, nos canais de penetração da hinterlândia. Tal fato é fundamental para o provisãoamento de matérias-primas e para o transporte para o centro urbano, Nora. Neste setor, é também atestada a exploração de minas a céu aberto.

Por fim, na última fase de ocupação fenício-púnica, entre os séculos III e II a.C., assinala-se um desenvolvimento notável das áreas mais próximas ao centro urbano, com sítios dedicados à atividade produtiva e artesanal, ligados também à área portuária, e sítios agrícolas em um raio de 3-4 km de distância do centro.

Com relação às fases precedentes, verifica-se uma ocupação intensa da planície de Nora, com o surgimento de pequenas entidades rurais tanto ao Norte quanto a Oeste. Mas mantém-se os tamanhos das propriedades, a maioria com dimensões inferiores a 2000 m² (apenas 1 sítio com 10.000 m²) (Botto et alii, 2003, pp. 182-183).

Os dados que vêm da necrópole e das inumações demonstram um crescimento populacional em Nora, o que explicaria o aproveitamento das terras cultiváveis. Além disso, temos a implantação do tofet. As fazendas na hinterlândia demonstram uma mudança profunda com relação às formas de subsistência da colônia. Com estes sítios, é seguro falar que além de subsistência havia a produção de excedentes agrícolas.

Paralelamente à implantação das fazendas temos a ocupação de terras mais interioranas ainda, nos planaltos, em antigos vilarejos indígenas e em novos assentamentos. A ocupação do território, agora, não ocorre apenas nas áreas com vocação agrícola, mas também nos terrenos elevados do interior, denotando uma estratégia de ocupação e de controle direto das atividades ligadas ao pastoreio e ao fornecimento de lenha e metais. Em conclusão, temos um território organizado e estruturado, com Nora como local central, que coordenava a gestão e a organização dos sítios rurais. **(Fim de citação.** Kormikiari, 2012, pp. 283-291).

Na Sicília, a grande quantidade de escavações, incluindo *surveys* arqueológicos, e o interesse pelos territórios rurais gregos (*khórai*) acabaram por jogar luz, igualmente, sobre a natureza da presença púnica na hinterlândia ocidental. Cartago tornou-se o poder político e militar dominante da Sicília ocidental a partir do século IV a.C., quando estabeleceu sua *epicracia*, isto é, seu território de domínio político (Kormikiari, 1994).

Na Sicília ocidental, dois grandes *surveys* arqueológicos destacam-se em razão do trabalho de campo sistemático e detalhado que foi realizado e por terem produzido publicações cuidadosas com os resultados para os períodos clássico e

helenístico. O primeiro, o qual trataremos aqui, foi o projeto do final dos anos de 1990 realizado ao redor da cidade elímia de Segesta, área de dominação púnica, e o segundo, o projeto realizado dez anos antes ao longo da costa meridional da ilha, próximo a Mazara del Vallo, área da cidade púnica de Lilibeu. Ambos os projetos investigaram uma ampla área rural espalhada por paisagens físicas distintas. O projeto Segesta, em particular, demonstrou como, a partir do séc. IV a.C., houve um incremento da ocupação rural na área. Já na região de Mazara os primeiros estabelecimentos rurais datam, justamente, do mesmo séc. IV a.C.

O assentamento de Segesta, sobre o Monte Barbaro, está situado na Sicília ocidental. Com base na documentação arqueológica disponível, o centro indígena seria datado, ao menos, a partir do século VI a.C. Uma série de investigações arqueológicas foram conduzidas na área, a partir de 1989, pela Escola Normal Superior de Pisa. Estas investigações demonstraram como o maciço do Monte Barbaro sofreu, na fase final do período arcaico, uma forte antropomorfização com a construção, sobre as duas acrópoles e ao longo dos flancos, de habitações parcialmente escavadas na rocha e que se comunicam por caminhos estreitos em degraus (Di Paola; Trotta, 2013). No período clássico, isto é, a partir do século V a.C., Segesta torna-se um assentamento fortificado.

O primeiro sistema defensivo é completado na primeira metade do século V a.C.¹⁰ Acredita-se que esta operação arquitetônica previa uma definição e delimitação da área destinada à comunidade que a construiu ou que vivia em seu entorno; a criação de um sistema de defesa eficiente; e a afirmação de uma nova forma de convivência, que diferia das formas em regiões vizinhas (Di Paola; Trotta, 2013).

Temos, de fato, uma integração artificial de um plano geomorfológico que por si só facilitava a defesa. Análises em Arqueologia da Paisagem (*viewshed analysis*) utilizando-se de um software SIG (Sistemas de Informação Geográfica) demonstram que de Segesta tinha-se um controle e uma comunicação visual com a área das *Terme Segestane* (próximo ao núcleo de habitação), com o Golfo di Castellammare, onde Estrabão situa o *emporion* da cidade, com os centros vizinhos de Montagna Grande e Monte Polizzo, e com os sítios elímios (datados do século VI a.C.) de Monte Maranfusa, Monte Triona, Pizzo Nicolosi, Montagna Vecchia di Corleone.

Da parte baixa da muralha o promontório de Eryx é visível. Já do ponto mais elevado do assentamento, a 422 metros, o campo de visão aumenta. Pode-se, então, controlar toda a planície de Entella, especialmente Pizzo della Regina e Cozzo Petrarò onde, no flanco Noroeste, foi encontrada uma parte da

10. Tem-se três lados sendo defendidos: a Norte, a Noroeste e a Sudoeste, e três acessos: *Porta di Valle*, *Porta di Case Barbaro* e *Porta Stazzo*, além de onze torres com planta quadrada.

muralha do final do período Arcaico e do período Clássico, além de torres e uma porta urbana.

Temos, assim, uma ocupação dos pontos mais elevados do *plateau*, que se comunicam visualmente, e que são naturalmente voltados para a defesa do território (por vezes, com muralhas). Esta posição favorece o controle do rio Belice. Já os centros vizinhos Montagna Grande e Monte Polizzo estão voltados para a costa ocidental da ilha, entre o promontório de Eryx e a colônia grega de Selinunte (Di Paola; Trotta, 2013).

O *survey* realizado na hinterlândia de Segesta se insere dentro dos trabalhos de produção de um novo mapa arqueológico da região de Calatafimi¹¹ pela equipe da Universidade de Siena, liderada por F. Cambi e A. Molinari. Esta pesquisa identificou 475 sítios em uma área de 80 km² (Cambi, 2000; Cambi, 2003, p. 135) ao longo de três campanhas de reconhecimento e três de classificação dos achados, entre 1995 e 1999. Alcançou-se uma média de seis sítios por km².

No período arcaico (séculos VII a V a.C.) tem-se um quadro de pouco aproveitamento da hinterlândia em termos agrícolas. Por outro lado, a área parece ter sido utilizada mais particularmente como área para sepultamento e para o culto. Ao mesmo tempo, os trabalhos de prospecção puderam aprofundar o conhecimento sobre alguns sítios específicos, como Grotta Vanella, no flanco oriental do Monte Barbaro. Ali, tem-se um conjunto contínuo e profícuo de cerâmica indígena, de verniz negro, ânforas púnicas e gregas (incluindo áticas e coríntias), e pesos de tear. (Bernardini, Cambi *et alii*, 2000 a, p. 96)

Uma análise mais detalhada destes conjuntos cerâmicos mostra uma prevalência de ânforas púnicas, atestando a influência econômica e cultural de Cartago na *epicracia*, isto é, em seu território de controle político na Sicília. No entanto, a presença de cerâmica grega de Atenas e Corinto parece indicar rotas de contato diretas com estas duas importantes pólis, sobrepondo-se às relações de contato com as pólis gregas siceliotas (Cambi, 2003).

A partir do século IV a.C. inicia-se um processo de adensamento da ocupação do território. Os dezessete sítios recenseados encontram-se em posições importantes: alguns localizam-se próximos às muralhas; outros estão em regiões estratégicas: Monte Calemici, Monte Pispisa, Terme Segestane, Contrada Sasi, com a característica de serem de longa duração (como a necrópole de Contrada Sasi, com uso contínuo até o século II a.C.). O fato de termos testemunho de uma necrópole tão afastada do centro urbano demonstraria um nível pleno de uso do campo. O sítio extramuros SG56, além de fornecer rico material cerâmico, de verniz negro, e ânforas greco-itálicas e púnicas, apresenta práticas variadas de

11. Projeto que envolveu o Município de Calatafimi e a Universidade de Siena, além da Seção de Bens Culturais e Ambientais de Trapani.

enterramento (inumação e incineração) e material arquitetônico. Interessante é a indicação da localização da necrópole em relação à cidade: esta alinha-se com a *Porta di Valle*, as tumbas ladeiam um possível traçado viário, o qual aguarda melhor definição (Bernardini, Cambi *et alii*, 2000a, p. 98).

A partir do período helenístico vê-se uma reestruturação que alcança este flanco do Monte Barbaro até a *Porta di Valle* (desenvolvimento da necrópole e organização de um quarteirão suburbano, possível área de oficinas cerâmicas). Esta importante área é tanto a mais periférica em relação ao centro urbano, como a mais próxima do centro urbano em relação à hinterlândia (Bernardini, Cambi *et alii*, 2000 a, p. 99).

O século IV a.C. marca o início de um grande incremento na hinterlândia. Trata-se de fenômeno atestado em diversas áreas púnicas do Mediterrâneo (visto acima com relação a Nora – mas também em Tharros – cf. Van Dommelen, 2003), mas também em áreas gregas como na colônia de Metaponto na Itália do Sul (Carter, 2006).

No território segestano, diversos assentamentos rurais de tamanho pequeno são atestados, tanto no campo como no entorno da cidade. Estes estão localizados em posições de domínio, isto é, sobre colinas, pequenas elevações, entre outros. Este processo tem início entre os últimos anos do século V a.C. e os primeiros do século IV a.C. Período que a historiografia moderna vê como o momento de maior e mais intensa infiltração púnica na ilha (Moscati, 1988; Kormikiari, 2000). Arqueologicamente vê-se as ânforas púnicas atestadas em quantidades cada vez maiores. A interpretação dos arqueólogos é de estarmos diante de pequenas fazendolas familiares (Cambi, 2003). Fenômeno que se tornará dominante, senão exclusivo, no período helenístico.

A partir, portanto, do período helenístico a paisagem segestana sofre grandes mutações. Cerca de 50% dos sítios recenseados são alocados neste período. E destes, 75% são assentamentos de uso permanente. Estes estão espalhados por toda a região, particularmente ao redor da cidade. Trata-se de instalações de dimensões reduzidas (10x10 m a 50x50 m), com poucos artefatos de importação e/ou de luxo. A cerâmica encontrada é homogênea: a maior parte é composta de ânforas greco-italicas e púnicas, de verniz negro de produção local, e cerâmica de uso cotidiano (Bernardini, Cambi *et alii*, 2000 a, p. 100). Chama a atenção a grande quantidade de pesos de tear, o que indica uma economia voltada para a produção de lã.

Uma área em particular revelou um outro conjunto de assentamentos, de dimensões maiores. Trata-se da região noroeste, próximo às Terme Segestane e a Poggio Fegotto. Igualmente na região de Contrada Sasi, os assentamentos são maiores e mais ricos. Situam-se em regiões mais elevadas e sobre os topos das colinas que dominam o vale. Estes assentamentos são interpretados como

as *epauleis* mencionadas por Diodoro Sículo (Cambi, 2003, pp. 138-139, para as tabelas com todas as referências recenseadas). A presença de algum curso d'água é igualmente imprescindível e atestado arqueologicamente.

Este tipo de ocupação, com pequenas e médias propriedades agrícolas, seria o modelo de ocupação da hinterlândia de Segesta (como de outras partes da Sicília), ao menos até o século II a.C. Não obstante, as prospecções também encontraram, datando deste período helenístico, vilarejos com dimensões variando de 80x80 m a 200x200 m, voltados para a agricultura e com cultura material pobre (novamente o grande número de pesos de tear indica também a criação de ovinos) (Bernardini, Cambi *et alii*, 2000 a, p. 101).

Com relação aos vilarejos, estes encontram-se situados longe do núcleo urbano de Segesta: em Poggio Fegotto, em Contrada Margana, em Contrada Pispisa e em Contrada Pergole. A maior difusão destes vilarejos é na região setentrional do território, em locais elevados, com controle dos cursos d'água e das principais vias. Os maiores vilarejos são vizinhos dos maiores rios da região: Gaggera, Caldo e Freddo. Estão nos flancos de montes nos grandes vales, nos quais encontrava-se a via principal de escoamento em direção ao mar.

As numerosas ânforas púnicas encontradas apontam para a existência de trocas, particularmente a importação de azeite norte-africano. Fica a questão de pensarmos quem poderiam ser os agentes de tais trocas (cartagineses propriamente ditos?). Por outro lado, o elevado número de ânforas greco-italicas encontradas (quase 800) indicaria, em Segesta, um quadro existente na Sicília como um todo, de ampla difusão do vinho itálico (Bernardini, Cambi *et alii*, 2000 a, p. 103, 112).

Um ponto que chama atenção é o fato de termos um desenvolvimento da hinterlândia em oposição a uma decadência que é apontada pelas fontes textuais, numismáticas e arqueológicas no núcleo urbano de Segesta. Este estado das coisas permanece inalterado ao longo do século III a.C., quando vemos a entrada de Roma na Sicília, em consequência da vitória na II Guerra Púnica.

Em época helenística temos, assim, uma paisagem segestana repleta de sítios, de diversos tamanhos, os quais significam a existência de um grande adensamento populacional no campo. Em contrapartida, no período clássico, temos pouca presença nesse mesmo território. No entanto, F. Cambi (2003, pp. 147-148) alerta para o cuidado de não levarmos em consideração apenas a questão numérica: há de se precisar a natureza do fenômeno e os meios de desenvolvimento destes fatos.

Uma ideia que se impõe é a percepção da relação entre desenvolvimento do território rural a partir do século IV a.C. conectado à consolidação da *epicracia* púnica. Conforme visto, F. Cambi, S. Bernardini e os outros pesquisadores associados ao projeto Segesta propõem que os sítios de período helenístico

devam ser compreendidos como a *epaulis* descrita por Diodoro Sículo. Uma *epaulis* em área segestana, área elímia de influência fenício-púnica, se aproximaria da ideia de hibridismo conforme apresentamos acima: tratar-se-ia de uma casa “grega”, mediada pela experiência púnica, com ambientes específicos (residência, estábulos e depósitos para alimentos), dispostos em torno de um espaço central (*aulé*), um pátio. Deste modo, temos, no período helenístico um campo densamente povoado, com habitações complexas.

Conclusões

Um ponto que chama atenção é a prevalência do modelo rural moderado, com propriedades de pequenas a média, tanto no caso do território de Segesta, quanto no de Nora. Segesta é um assentamento elímio em área de grande influência fenício-púnica, principalmente a partir do século IV a.C., momento de consolidação cartaginesa na Sicília, como também de embates entre cartagineses e gregos. Já Nora é um assentamento fenício que cai sob o poder de Cartago no mesmo período. Temos dois casos opostos no que tange à questão do contato. Em Nora, colonos fenícios, cartagineses, líbio-fenícios chegam a uma terra já ocupada pela sociedade nurágica. Em Segesta, temos uma sociedade indígena, elímia, que entretém laços profundos de contato com as populações de origem fenícia (fundadoras de Motia e Panormo), com o poder de Cartago, mas também com as populações gregas da parte oriental da ilha. Esta diferença de contexto aparece, por exemplo, na permanência dos vilarejos em território segestano, o que não ocorre com relação ao território norense.

Por outro lado, em Segesta ainda falta melhor evidenciar as vias de comunicação com o núcleo urbano, de maneira a podermos melhor avaliar as relações da hinterlândia com este centro. Quadro este mais claro com relação a Nora, onde vemos uma ligação direta das fazendas da hinterlândia com o núcleo urbano, e onde igualmente as vias fluviais desempenham papel semelhante. A existência de habitações centradas no pátio é um ponto importante no caso segestano. A hipótese de podermos identificar a *epaulis* de Diodoro Sículo nos exemplos mais ricos desta habitação necessita ser mais bem dimensionada, principalmente em relação às possíveis implicações desta ocorrência. Por outro lado, em Nora, estando correta a hipótese dos arqueólogos responsáveis, temos propriedades que, eventualmente, nuclearam-se, formando complexos maiores, com mais de uma família. A interação com as populações nurágicas, incluindo a produção de cerâmica de tipo fenício pelas populações locais, ao mesmo tempo que, ao longo do tempo, demonstra uma ocupação mais acentuada e interiorana das terras, demonstra igualmente um processo mais dinâmico nesta região meridional da Sardenha e em relação ao caso de Segesta. A própria presença

grega na ilha, este terceiro elemento, é um fator a ser levado em consideração. Neste sentido, a presença maciça de cerâmica greco-italica aponta para um terceiro elemento vigoroso, o qual não pode ser negligenciado, ainda que estejamos em território de domínio cartaginês.

Referências bibliográficas

Fontes textuais

DIODORO SÍCULO. *Biblioteca Historica*. Tradução de Francisco Parreu Alasà e Juan José Torres Esbarranch. Madrid, Gredos, 2001-2004.

POLÍBIO. *História*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução e apresentação Ana Lia Amaral de Almeida Prado. Texto grego estabelecido por Jacqueline de Romilly. São Paulo, Martins Fontes, 2008 (2. ed.).

Obras arqueológicas

BARRECA, F. *La civiltà fenicio-punica in Sardegna*, Carlo Delfino Editore, Sardegna Archeologica, Studi e Monumenti, 3, 1986.

BERNARDINI, S.; CAMBI, F.; MOLINARI, A.; NERI, I. Il territorio di Segesta fra l'età arcaica e il medioevo. Nuovi dati dalla carta archeologica di Calatafimi, *Atti delle terze giornate internazionale di studi sull'area elima*, 1997 (Studi sull'area elima, Pisa e Gibellina), 2000a, pp. 91-133.

BHABHA, H. *Nation and Narration*. Londres, Routledge, 2006.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

BOTTO, M.; RENDELLI, M. Progetto Nora. Campagne di prospezione 1992-1996, *L, Africa Romana XII, 1996*, Sassari, 1998, pp. 713-36.

BOTTO, M. *et al.* Nora: sfruttamento del territorio e organizzazione del paesaggio in età fenicia e punica. Em C.G. Bellard (ed.) *Ecohistoria del paisaje agrario. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo* (Valencia), 2003, pp. 151-86.

BROUGHTON, T. S. *The Romanization of Africa Proconsularis*. Baltimore, John Hopkins Press, 1929.

CAMBI, F. Insediamenti ellenistici nel territorio segestano. Em A. Corretti (ed.) *Atti delle quarte giornate internazionale di studi sull'area elima*, (Studi sull'area elima, Pisa), 2000, pp. 135-69.

- CAMBI, F. Insediamenti ellenistici nella Sicilia occidentale. Il caso segestano. *Atti della quarta giornate internazionali di studi sull'area elima*. Erice, 1-4 dezembro, 2000. Pisa, 2003.
- CARTER, J. *Discovering the Greek Countryside at Metaponto*. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 2006.
- CRAWLEY QUINN, J. Tophets in the 'Punic world', *Studi epigrafici e linguistici*, 29-30, 2012-2013, pp. 23-48.
- DI PAOLA, G.M.F.; TROTTA, V. *Viewshed analysis in ArcGis 10.1: I casi di Populonia (LI) e Segesta (TP)*. Disponível em: <http://www.esriitalia.it/test/images/Atti_14aConferenza/Lavori/DiPaola_Trotta.pdf>. Acesso 2019.
- FANTAR, M.H. L'impact de la présence phénicienne et de la fondation de Carthage en Méditerranée occidentale, *Studia phoenicia* VI, Leuven, 1988, pp. 3-14.
- FOUCAULT, M. *Discipline and Punish. The Birth of the Prison*. Harmondsworth, Peregrine. 1979. (1ª edição, em francês, 1975)
- GAUTIER, É.-F. Le cadre géographique de l'Histoire en Algérie, *Histoire et historiens de l'Algérie*. F. Alcan, 1931, pp. 17-36.
- ISSERLIN, B.S.J. Phoenician and Punic rural settlement. *Atti del I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici, Roma, 5-10 novembre, 1979*. Roma; Consiglio Nazionale delle Ricerche, 1983, pp. 157-63.
- KORMIKIARI, M.C. Expansão marítima e influência cultural fenícia no Mediterrâneo Centro Ocidental, publicado nos Anais da VII Reunião Anual da SBEC, in *Classica*, Suplemento 2, Araraquara, 1993, pp. 261-268.
- KORMIKIARI, M.C. *Moedas púnicas no Mediterrâneo ocidental: o processo de aculturação*. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 1994.
- KORMIKIARI, M.C. *Norte da África autóctone do século III ao I a.C.: as imagens monetárias reais berberes*. Tese de doutorado, defendida no Museu de Arqueologia e Etnologia – USP, 2001.
- KORMIKIARI, M.C. Novas abordagens do mundo colonial antigo: um estudo de caso em Arqueologia da Paisagem na Sardenha púnica. Em A. Zierer e A. L. Bomfim Vieira. (orgs.). *História antiga e medieval. Viagens e viajantes: cultura, imaginário e espacialidade*. 1. ed. São Luís: UEMA, 2012, pp. 279-292
- KORMIKIARI, M. C. Expansão fenício-púnica no Mediterrâneo central e ocidental: realidades próximas e distintas, *Phoînix*, n. 21, vol. 1, 2015, pp. 86-101.

- LANCEL, S. *Carthage*. Paris, Fayard, 1992.
- MATTINGLY, D. From one imperialism to another: imperialism in the Maghreb. Em J. Webster; N.J. Cooper (eds.) *Roman Imperialism: Post-colonial perspectives*, Leicester, School of Archaeological Studies, University of Leicester, 1996, pp. 49-69.
- MOSCATI, S. *Il mondo punico*. Turim, 1980.
- MOSCATI, S. Precolonizzazione greca e precolonizzazione fenicia. *Revista di Studi Fenici*, 11, 1, 1983, pp. 1-7.
- MOSCATI, S. Fenicio o punico o cartaginese. *Revista di Studi Fenici*, 16, 1, 1988, pp. 3-13.
- NIEMEYER, H.G. (org.). *Phönizier im Westen*. Madrid, 1982.
- NIGRO, L. Rome "La Sapienza" excavations at Motya 2007-2009: the temple of the kothon, the circular temenos and Astarte's shrine. *VIIeme Congrès international des études phéniciennes et puniques*. Túnis, Institut National du Patrimoine, 2009.
- NIVEAU DE VILLEDARY Y MARIÑAS, A. M. Estado de la cuestión y nuevas perspectivas de la Arqueología Púnica en la Península Ibérica: El caso de la Bahía de Cádiz. *Grupo de Investigación Phoenix Mediterranea. Protohistoria del Mediterráneo Occidental*. Universidad de Cádiz, 2008.
- PRAG, J.R.W. *Poenus plane est – but Who Were the 'Punickes'?*, *Papers of the British School at Rome* 74, 2006, pp. 1-37.
- SAÈZ ROMERO, A.M.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J.J.; SAÈZ ESPLIGARES, A. Nuevas aportaciones a la definición del *Círculo del Estrecho*: la cultura material a través de algunos centros alfareros (ss. VI – I a.n.e.), *Gerión*, 22, 2004, pp. 31-60.
- SAID, E.W. *Orientalism*. Nova Iorque, Vintage Books, 1978.
- SAID, E.W. *Culture and Imperialism*. Nova Iorque, Vintage Books, 1993.
- STEIN, G.J. (ed.). *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. School of American Research Advanced Seminar Series. Santa Fe, School of American Research Press; Oxford, James Currey, 2005.
- TARRADEL, M. Los fenicios en Occidente: nuevas perspectivas. Em D. Harden *Los fenicios*, Barcelona, Aymá, 1967.
- VAN DOMMELEN, P. Ambiguous matters: colonialism and local identities in Punic Sardinia. Em C. L. Lyons; J.K. Papadopoulos (orgs.) *The Archaeology of Colonialism, Issues and Debates*, Los Angeles, Getty Publications, 2002, pp.121-142.

VAN DOMMELEN, P. Insediamento rurale ed organizzazione agraria nella Sardegna centro-occidentale. Em C. G. Bellard (ed.) *Ecohistoria del paisaje agrario. La agricultura fenicio-púnica en el Mediterráneo* (Valencia), 2003, pp. 129-49.

VAN DOMMELEN, P. Colonial interactions and hybrid practices: Phoenician and Carthaginian Settlement in the Ancient Mediterranean. Em G.J. Stein (ed.) *The Archaeology of Colonial Encounters. Comparative Perspectives*. School of American Research Advanced Seminar Series. Santa Fe, School of American Research Press; Oxford, James Currey, 2005, pp. 109-142

VAN DOMMELEN, P. Punic farms and Carthaginian colonists: surveying Punic rural settlement in the central Mediterranean. *Journal of Roman Archaeology*, 2006, 19: pp. 1-22

VAN DOMMELEN, P.; BELLARD, C. G.; TRONCHETTI, C. Insediamento rurale e produzione agraria nella Sardegna punica: la fattoria de Truncu'e Molas (Terralba, OR). *Epi Oinopa Ponton*. Carla Del Vais (org.). Studi sul Mediterraneo antico in ricordo di Giovanni Tore. Oristano, S'Alvure, 2012, pp. 501-516.

Pesquisa e projetos educativos em Arqueologia mediterrânica: o Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – LABECA e a difusão do conhecimento

ELAINE FARIAS VELOSO HIRATA¹
ANA PAULA MORELI TAUHYL²

Este artigo é composto de um relato inicial que descreve as ações educativas desenvolvidas pelo Labeca – Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – desde 2007 e de uma síntese da dissertação de Mestrado de Ana Paula Morelli Tauhyl, que representa um resultado de pesquisa e experimentação pedagógica a partir dos princípios norteadores dos projetos educacionais de nosso Laboratório.

PARTE I - Da pesquisa à sala de aula: o Labeca entre a Arqueologia e a Educação (Elaine Farias Veloso Hirata)

O Labeca – Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga – é um dos laboratórios de pesquisa do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Desde a sua fundação em 2006, vem se constituindo em um espaço de investigação sobre a cidade grega percebida como uma formação política particular inscrita em um território, mas que estabelece redes de interações econômicas e sociais em várias escalas, que variam do local ao mediterrânico. Teoricamente nos alinhamos com aqueles que entendem que as relações sociais estão profundamente imbricadas com a organização do espaço definida por um grupo humano. Decorrente desta premissa está a compreensão que o estudo arqueológico dos arranjos espaciais particulares de cada sociedade é um instrumento de análise essencial, um documento tão fundamental quanto os textos.

1. Elaine Farias Veloso Hirata, professora livre docente do MAE-USP e pesquisadora do Labeca. ehirata@usp.br
2. Ana Paula Moreli Tauhyl, mestre em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE-USP. Pesquisa financiada pela Fapesp Proc. n. 11/03983-7. anatauhy1@gmail.com